

Relatório de Monitoramento e Avaliação

Projeto: Promoção do Ativismo Municipal em Liberdade de Informação no Brasil

Estados de atuação: Ceará, Goiás, Pará, Paraná e São Paulo

Duração do projeto: 1º de março de 2011 a 28 de fevereiro de 2012

Data do relatório: Março de 2012

Valor total do projeto: US\$ 250.000

Parceiro de implementação: AMARRIBO Brasil e sua rede de controle social da administração pública

Introdução

Este relatório traz um sumário das atividades e relatos coletados durante a implementação do projeto. O objetivo do documento é preservar a memória das atividades de forma sucinta e preservando o anonimato dos envolvidos. Dessa maneira, os relatos de diferentes regiões foram misturados, apesar de haver grande semelhança nos casos registrados. Para garantir maior proteção, todos os ativistas foram postos no gênero masculino, apesar da forte atuação de mulheres nesses movimentos.

Modelos de controle social da administração pública

O projeto verificou que atualmente existem dois modelos de controle social da administração pública no Brasil. Um deles tem origem na publicação *O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil*, da parceira de implementação do projeto, a AMARRIBO Brasil. O segundo tem sua origem associada ao Observatório Social do Brasil.

O modelo da AMARRIBO Brasil consiste, a partir de suspeitas e sinais de corrupção, em investigação para a confirmação da existência de fraude, obtenção de provas e, enfim, início a processos para responsabilizar os fraudadores. Neste último momento, a organização também mobiliza a população para conseguir fazer frente contra os denunciados.

O modelo dos observatórios sociais envolve a avaliação e o monitoramento do sistema de compras das prefeituras e câmaras de vereadores. A organização pode atuar na divulgação de uma licitação ou ainda interceder ativamente junto a responsáveis pela tomada de decisão e autorizadores dos gastos públicos com o fim de mudar procedimentos e culturas.

Acesso aos meios de comunicação

O acesso aos meios de comunicação por parte de uma organização de controle social pode ser bem difícil. No caso da mídia comunitária, associações que controlam rádios comunitárias podem ter sua única fonte de renda na prestação de serviços sociais, a partir da ajuda com pessoal e recursos vindos da Prefeitura. Caso a rádio comunitária se manifeste contra o prefeito, a associação perde pessoal e recursos. Às vezes, simplesmente a associação é controlada pelo mesmo grupo político do prefeito. O resultado, porém, é o mesmo em todos os municípios. A organização de controle social não consegue espaço para difundir suas descobertas ou atividades, ou consegue o espaço mediante condições muito restritas. O

acesso a meios de comunicação privados tem os mesmos problemas, apesar de os recursos municipais entrarem por meio de publicidade oficial.

Para a atuação efetiva da organização e a segurança de seus membros, é necessário esclarecer ao público que a organização procura fazer cumprir a lei. Audiências públicas, eventos simbólicos, reuniões mensais, panfletos e jornais institucionais podem ser boas estratégias para enfrentar situações em que a mídia está com atuação restrita.

Registro de casos

Caso 1

A partir da denúncia de que o presidente da Câmara Municipal lançava cheques no mercado local em troca de dinheiro, a organização pediu a prestação de contas da Casa. Ignorada, impetrou um mandado de segurança, que resultou em busca e apreensão na Câmara Municipal desses documentos. Analisados, detectaram-se diversas irregularidades. Foram feitos os relatórios e encaminhados ao Ministério Público, Tribunais de Contas, delegado e, por fim, a Câmara Municipal. No entanto, o delegado não tomou mais nenhuma atitude para encaminhar o processo à Justiça. Enquanto isso, o prefeito não responde mais a pedidos de informação da organização. Apesar disso, os relatórios estimularam o afastamento de diversos envolvidos e a economia feita foi suficiente para comprar um novo prédio para a Câmara Municipal, que antes pagava aluguel.

Caso 2

A organização analisou o contrato da Prefeitura com a companhia de saneamento, com o apoio de advogados e professores universitários. Existia uma distância entre o que estava no contrato e o que a companhia anunciava. Revelada a irregularidade, descobriu-se que nenhum vereador havia lido o contrato. Recentemente, denúncias de corrupção surgiram na área da Cultura e da Saúde. A organização precisou escolher em qual delas se concentraria, pois falta motivação e comprometimento. Apesar da reunião semanal contar com cerca de 10 pessoas, a carga de trabalho geralmente fica sobre um dos ativistas. Existe preocupação também com a página na internet da organização, em que um fórum onde é possível fazer denúncias tem feito políticos cogitarem o início de processos judiciais contra a entidade.

Caso 3

Um membro da organização recebeu ameaças de um vereador que atualmente ocupa a Presidência da Câmara, todas notificadas ao Ministério Público. Em encontros casuais, o vereador listou vários casos brasileiros de morte ou agressão a ativistas de combate à corrupção ou injustiça com o intuito de mostrar que tal luta não vale a pena. Acrescentou que em algum momento o ativista poderia sofrer um acidente. O locutor da rádio comunitária, que tem um cargo na Prefeitura, já fez ameaças ao vivo em seu programa, dizendo também que em algum momento poderia acontecer um acidente.

Como servidor público estadual, o ativista verificou que há movimentos para transferi-lo para fora cidade. O pedido de afastamento foi feito por um deputado estadual ao governador, cuja

assessoria de fato enviou a requisição. No emprego, seu supervisor o chamou para conversar e, quando o ativista apresentou o trabalho da organização, acabou ganhando a simpatia de seu superior podendo permanecer no cargo.

Caso 4

Em determinado município é muito difícil acompanhar licitações, pois a Prefeitura publica os editais apenas no Diário Oficial do Estado. No Diário Oficial, há a publicação da carta convite, mas não do pregão, nem da tomada de preços. Os dois jornais locais apenas publicam o que o prefeito quer.

Caso 5

O prefeito da cidade pagava fornecedores em dinheiro, sem nota de empenho, com recibo em branco. Um grupo de cidadãos provocou uma “inspeção especial” de órgãos de controle interno, que detectou uma série de irregularidades. O prefeito renunciou após o Ministério Público pedir seu afastamento. A partir dessa ação, esse grupo se inscreveu num curso promovido pelo órgão de controle interno. Mobilizaram-se pela Internet e, quando foram institucionalizar o movimento, o processo foi paralisado por uma tentativa de uso político-partidário do grupo. O movimento hoje busca criar grupos locais de acompanhamento das contas públicas, mas apesar de um grande número de filiados, apenas um grupo pequeno é realmente atuante.

Caso 6

Um ativista que denunciou uma série de irregularidades feita pelo Prefeito foi espancado no meio da praça da cidade. Incluído num programa de proteção federal, recebeu apenas um pequeno valor em três parcelas para se mudar com toda a família. O ativista buscou o apoio do presidente de uma organização de controle social, que o colocou em contato com a imprensa para que o fato ficasse conhecido pela sociedade. O prefeito tem um processo de difamação civil contra o ativista e foi seu irmão que o agrediu, inclusive apontando uma arma contra sua cabeça.

Caso 7

Após uma série de tentativas frustradas de acessar informações sobre uma compra relacionada a festas municipais, o ativista buscou o Ministério Público. Em reuniões internas, o prefeito expressou que abriria um processo contra o ativista, e participantes dessa reunião difundiram o boato na pequena cidade, que acabou chegando ao ativista por meio de amigos e colegas. Como o ativista sabia que não havia nenhum fundamento para a abertura de um processo, a tentativa de intimidação não funcionou.

Caso 8

O ex-prefeito, que mantém o poder há 20 anos por meio de aliados políticos, provoca muito medo. Um servidor público que começou a se posicionar publicamente a respeito de denúncias de corrupção foi executado. Muitos processos existem, mas o juiz é amigo do prefeito de fato. Um blog que denuncia irregularidades está sendo processado. Enquanto

distribuíram panfletos numa festa da prefeitura, a polícia proibiu dizendo que a distribuição estaria provocando constrangimento. Na cidade, existem mais eleitores do que moradores. Apesar disso, a organização local de controle social conseguiu interromper uma série de obras públicas de má-qualidade e sem projeto.

Caso 9

Um servidor público, inicialmente conivente com a corrupção, mudou de postura e fez denúncias ao Tribunal de Contas. Ele foi suspenso e, quando estava prestes a retornar, foi suspenso novamente, acusado de constranger seus colegas. Ele procurou o Ministério Público e o promotor afirma que ele está tentando depreciar o prefeito. O processo do Tribunal de Contas, porém, está em tramitação.

Caso 10

É comum o horário de pregões e audiências públicas acontecerem em um horário inacessível à população, havendo divulgação em cima da hora. É também prática corriqueira a mudança do horário sem aviso, levando cidadãos a perderem viagem.

Avaliação

Estão mantidas as atividades previstas pelo projeto. Eventos de conscientização do público, treinamentos de organizações e de servidores públicos e campanhas de transparência administrados pela organização local – com o apoio da AMARRIBO Brasil (organização nacional), da ARTIGO 19 (organização internacional) e UNDEF (fundo vinculado às Nações Unidas) – podem passar a mensagem positiva às autoridades locais de que a entidade não está sozinha em sua luta. O apoio político concedido pode trazer um efeito dissuasório nas tentativas de intimidação se comunicados específicos forem feitos visando a cidade de atuação.

A ARTIGO 19 está coletando as experiências das organizações de forma a avaliar como melhor auxiliá-las individualmente, mas deve interromper imediatamente qualquer atividade que produza reações que possam trazer riscos a seus parceiros ou membros de sua equipe. No entanto, a interrupção das atividades deve ser seguida de resposta incisiva e adequada, que preserve a integridade de seus parceiros e equipe, mas aumente os custos políticos de qualquer atividade de intimidação.